

OBSERVATÓRIO DE ENFRENTAMENTO A DESASTRES NATURAIS

Assistência e Socorro

Ação possível de ser ofertada pelo Governo Federal	Órgão responsável	Observações
Antecipação de BPC (Benefício de Prestação Continuada)	MDS	O BPC é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A antecipação de pagamento do BPC depende do reconhecimento de situação de calamidade pelo Ministério da Integração.
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências	MDS	O Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências é um serviço de proteção especial do SUAS, coordenado pelo MDS, para enfrentamento de situações de Calamidades Públicas e Emergências reconhecidas pelo Ministério da Integração Nacional. O objetivo do serviço é assegurar provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social a famílias e indivíduos desalojados e/ou desabrigados em decorrência de desastres. São estratégias de proteção, dentre as provisões do Serviço, a implantação e a manutenção de abrigos temporários, em conjunto com as instâncias de defesa civil locais
Antecipação de recursos para o Bolsa Família	MDS	
Cestas de alimentos	MI e MDS	As cestas são compostas por arroz, feijão, farinha de mandioca, óleo, açúcar, macarrão e leite em pó. Cada cesta atende uma família de 5 pessoas por aproximadamente 15 dias.
Obras de Reconstrução	MI	
Ações de Assitência e Socorro	MI	O pagamento é feito através do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, regulamentado através da Port. MI nº 607, de 18/08/2011.
Aluguel social, com rubrica especifica do Ministério da Integração	MI	O Ente poderá utilizar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil para atender a demanda.
Carros-Pipa	MI	Estado/Município será responsável pela identificação das áreas que necessitam de atendimento com água, podendo realizar o pagamento por meio do Cartão de Pagamento de Defesa Civil.
Mobilização do Grupo de Apoio a Desastres - GADE	MI	É formado por equipe técnica multidisciplinar, mobilizável a qualquer tempo por solicitação à SEDEC, dos Municípios, Estados, Distrito Federal ou do Governo Federal. O Grupo tem como objetivo desenvolver ações, em território nacional ou internacional, nas situações de desastres visando minimizar os impactos para a população e o restabelecimento da normalidade social, em articulação com os órgãos integrantes do SINDEC.
Atividades de desobstrução de vias e remoção de destroços	MD	
Hospitais de Campanha	MD	
Instalação de pontes móveis	MD	
Transportes terrestres e aéreos de recursos materiais e humanos.	MD	Ativação - 4 a 12h para helicópteros. 8 a 24h para demais. Viators - 2 a 24h. Botes - 2 a 24h.
Apoio às comunicações	MD	
Apoio às instalações	MD	
Kits Medicamentos	MS	PORTARIA Nº 74, DE 20 DE JANEIRO DE 2009(*) Estabelece os procedimentos para aquisição e distribuição dos kits de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica aos atingidos por desastres de origem natural. Portaria 32 medicamentos e 18 insumos estratégicos
Profissionais da Força Nacional do Sistema Único de Saúde	MS	A Força Nacional do SUS (FN-SUS) é um programa de cooperação com estados e municípios criado para a execução de medidas de prevenção, assistência às situações de surtos, epidemias, desastres ou de desassistência à população. Além de auxílio de pessoal, o ente pode solicitar também hospitais de campanha

Emissão de documentos pessoais	SDH	Realização de mutirões, para emissão de 2ª de certidão de nascimento e de documentação básica para o exercício da cidadania, nos municípios em situação de desastre.
Recuperação da rede física escolar pública	MEC	Plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres
Obras de reconstrução e recuperação de trechos rodoviários danificados	MT	
Saque do FGTS	CEF	Decreto 7.664 e circular Caixa 569/2012 A liberação do saque em caso de desastres naturais após decretação de estado de calamidade pública ou situação de emergência pelo município atingido ou pelo governo estadual. A decretação deve ser reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional e a prefeitura deve entregar a Declaração de Áreas Afetadas à CEF. O trabalhador deve se habilitar na CEF, mediante comprovação de titularidade de conta vinculada e de residência em uma das áreas afetadas constantes da declaração citada acima.
MCMV	Mcid	Segundo a Lei 11.977/09, com redação dada pela Lei 12.424, será dada prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas. Nos termos vigentes, são consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil. Ainda segundo os normativos que regem o programa, Será dispensado o processo de seleção nos casos de: a) operações realizadas com os recursos transferidos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, motivadas por estado de emergência ou de calamidade, reconhecidos por Portaria da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, sendo as famílias beneficiadas aquelas que foram desabrigadas em razão dos desastres naturais que deram causa à sua decretação.